

Grupo Sana investe 40 milhões na requalificação do Convento da Graça

Turismo

Monumento Nacional, o antigo convento lisboeta será transformado num hotel de cinco estrelas, ao abrigo do Revive

O grupo Sana vai investir 40 milhões de euros na requalificação do Convento da Graça, em Lisboa, num hotel de cinco estrelas com 170 quartos com uma área bruta de construção superior a 15 mil metros quadrados.

"O projeto representa um investimento do grupo Sana na ordem dos 40 milhões de euros", avançou, em comunicado, a empresa. O concurso público, ao abrigo do programa Revive, foi conduzido na terça-feira, com a celebração do contrato de concessão entre o Estado e o grupo Sana.

No âmbito desta concessão, o Sana vai transformar o quartel e antigo Convento da Graça num hotel de cinco estrelas com 170 quartos e uma área bruta de construção de mais de 15 mil metros quadrados, "dando continuidade à sua estratégia de expansão através da criação de centros de hotelaria de excelência".

Será o 11.º hotel Sana em Lisboa — um dos mais icónicos é o Myriad na Torre Vasco da Gama —, que ocupará um edifício classificado como Monumento Nacional desde 1910. O imóvel será concessionado por um período de 50 anos para a instalação do hotel, o que corresponderá a uma renda anual de 1,79 milhões de euros, segundo anunciaram os ministérios da Eco-

nomia e da Cultura em Outubro passado. A concessão não inclui a área da igreja nem o respectivo jardim, estando igualmente fora do âmbito do concurso o Jardim da Cerca da Graça. O concurso estabelece que o concessionário ficará responsável por construir os espaços que vão acolher as capelas mortuárias de apoio à igreja.

Com a conclusão do processo de concessão do Quartel da Graça, passava ser detido os imóveis adjudicados ao abrigo do programa Revive, representando um investimento de 100 milhões de euros, privado, na recuperação de imóveis públicos.

Na terça-feira, a secretária de Estado do Turismo disse, durante a cerimónia de conclusão da concessão, que o Governo está a preparar mais três contratos ao abrigo deste programa. A governante destacou que o programa tem âmbito nacional e que o executivo está a trabalhar "na perspectiva de coesão territorial", sendo que os três contratos serão lançados "num futuro breve", em regiões que incluem Coimbra, Aveiro e Alentejo. Actualmente, estão a ser ultimados mais dois concursos, referiu Rita Marques.

O Revive abre o património ao investimento privado para o desenvolvimento de projetos turísticos, através da concessão da exploração por concurso público, segundo a informação disponível na página do programa. Esta é uma iniciativa conjunta dos ministérios da Economia, Cultura e Finanças, para "promover e agilizar os processos de reabilitação" do património público devol-

to. **PÚBLICO/Lusa**



O Convento da Graça é Monumento Nacional desde 1910

O que está em causa nas dragagens do Sado?



Opinião
Nuno Carvalho

As "dragagens no rio Sado", que têm ocupado justo espaço mediático, resumem-se a um projeto para aprofundamento dos canais de navegação do rio, de modo a permitir a entrada de navios de maiores dimensões.

A fonte da polémica em torno deste projeto está numa consulta pública deficiente que desaproveitou o estudo de impacto ambiental (EIA) e ignorou o papel de muitos agentes da economia regional e da sociedade civil. Sendo o EIA um dos melhores instrumentos de informação sobre decisões políticas que temos ao nosso dispor, não se compreende a indiferença dos decisores face ao seu conteúdo. O estudo de impacto ambiental congrega informações ambientais, mas também económicas e sociais e a sua ampla utilização permite colmatar falhas de informação que possa conter e que poderiam revelar-se fundamentais para uma decisão final.

No caso das dragagens que se irão realizar no rio Sado, o principal problema reside na fraca divulgação da consulta pública que, a ter-se realizado corretamente, permitiria à população e tecido empresarial da região pronunciarem-se sobre esta obra e corrigir nessa fase os muitos erros que são agora apontados. Mas a consulta pública teve uma parca divulgação através do site da Agência Portuguesa do Ambiente, do site particip.pt e de um edital afixado na CM de Setúbal. Ao contrário de outros projetos na região, quem erreceram ampla divulgação e sessões de esclarecimento, motivando a participação na consulta pública. Foi o caso do Terminal de Contentores do Balseiro ou do aeroporto do Montijo, por exemplo.

O critério de consulta direta a entidades revela ainda mais a debilidade deste processo. Não existiu uma única associação ou cooperativa de pesca que tenha sido convidada a manifestar-se na



“
Cabe ao Governo explicar por que é que não corrigiu as falhas de informação às populações

consulta pública, estando este sector em risco de perder centenas de postos de trabalho em resultado desta obra. Por outro lado, entidades como o Clube Montanhismo da Arrábida e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves mencionaram esse convite. É difícil encontrar um critério que justifique a opção de convidar estas entidades em detrimento de qualquer outro do sector turístico, significativamente afetado e com inúmeras preocupações com a perda de valor em investimentos realizados.

As margens do rio Sado situam-se em dois concelhos: de um lado Setúbal e do outro Grândola. Só a Câmara Municipal de Setúbal foi convidada a participar na consulta pública, quando um dos atores em resultado desta obra está colado à margem do rio Sado pertencente a Grândola.

Parece ter sido mais uma consulta discreta do que uma consulta

pública e por essa razão falhou a transparência e a confiança que este processo devia transmitir. Transparência nos danos ambientais que esta obra provoca e confiança de que não destrói valor em outros sectores económicos, especialmente na pesca e turismo. Um projeto com estas características só está devidamente avaliado após a consulta pública e, por isso, é fundamental corrigir as falhas da consulta pública, permitindo uma avaliação que revele tudo o que se ganha e tudo o que se perde com as dragagens no rio Sado.

É fundamental perceber se estamos a optar por um Porto de Setúbal com mais movimento e, para isso, com perdas irreversíveis no ambiente, na pesca e turismo da região. Ou se é possível conciliar o crescimento do Porto de Setúbal, respeitando o ambiente e sem danos para a pesca e turismo.

Cabe ao Governo explicar por que é que não corrigiu as falhas de informação às populações e tecido empresarial da região quando teve um ano para o fazer desde que se iniciou o foco mediático e os justos protestos pela falta de informação. Para um porto marítimo que contribui para um volume de negócios de 7,9 mil milhões de euros, era essencial ter realizado uma consulta pública que permitisse uma decisão informada do que está em causa nas dragagens no rio Sado. Pela forma como o processo tem sido conduzido, ainda não foi possível perceber.

Deputado do PSD